



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

SII 0541

28/5/1980

Exm^a. Senhor
Representante Permanente
de Portugal junto da
UNESCO

Tenho a honra de junto enviar a V.Ex^a. alguns
recortes sobre assuntos que reputamos de interesse.

Fundação Cuidar o Futuro

Com os melhores cumprimentos.

O DIRECTOR,



6m
EN 41
A 2
56

M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação O Jornal
De 1/38
Data 23/5/80

segredo

MNE garante, em circular

**Lurdes
Pintasilgo**

não será presa...

Fundação Cuidar o Futuro

pág. 38



O Journal
Pag. 38
23/1/80

Circular confidencial às embaixadas do MNE

Lurdes Pintasilgo não será presa...

O ministro dos Negócios Estrangeiros enviou a todas as missões diplomáticas portuguesas espalhadas pelo mundo uma circular confidencial sobre aquilo que apelida de «chamado caso Maria de Lurdes Pintasilgo». A circular foi enviada às embaixadas portuguesas nas diversas capitais do mundo e também às nossas missões junto da ONU, Conselho da Europa, EFTA e GATT, UNESCO, DELNATO, Permanente em Genebra e CEE.

Trata-se de um documento altamente revelador, que contém «informações» e «opinões» do ministro (e, através dele, certamente do Governo) e também «instruções» sobre a forma como os representantes diplomáticos de Portugal devem proceder para esclarecer o assunto...

A simples leitura deste texto do ministro Freitas do Amaral permite tirar dele diversas ilações ou chegar a certas conclusões (ler editorial) e põe ainda em relevo que, ao contrário de que o Governo tem afirmado, o caso se reveste de evidente repercussão internacional — pois de outro modo não se justificaria, evidentemente, o envio de uma circular deste tipo para todas as missões portuguesas espalhadas pelo mundo.

«O Jornal» tentou obter da primeiro-ministro do V Governo Constitucional, eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, uma declaração sobre o teor deste documento, do qual lhe pretendia para esse efeito dar conhecimento. Não tendo conseguido contactá-la, «O Jornal» tentará, na próxima semana, obter tal declaração a este respeito.

Publicamos, de seguida, o texto integral da referida circular confidencial do ministro dos Negócios Estrangeiros:

«Tem chegado ao conhecimento do Governo que o chamado «caso Maria de Lurdes Pintasilgo» está a ser objecto de especulações infundadas em alguns meios diplomáticos europeus e junto de vários governos amigos. A fim de habilitar as nossas missões com os elementos necessários para o cabal esclarecimento do caso referido, enviam-se as informações seguintes:

a) A sr.ª eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo exerceu funções de embaixador de Portugal na UNESCO entre 1976 e 1979, tendo suspenso o exercício dessa missão para ocupar o cargo de primeiro-ministro de Portugal no segundo semestre de 1979. Quando cessou as funções de primeiro-ministro, o novo Governo informou-a de que ia propor a sua exoneração por considerar não haver entre ela e o Governo uma relação de suficiente

confiança política. Foi-lhe entretanto determinado que devia continuar em Lisboa, não devendo reasumir funções na UNESCO.

b) A sr.ª eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo não é diplomata de carreira, mas embaixador político. Como tal, não tem qualquer direito ao cargo ou à carreira: encontra-se em situação juridicamente precária, podendo ser exonerada a todo o tempo, nos mesmos termos que os demais agentes da confiança política do Governo. Qualquer Governo tem o direito de substituir essas pessoas: membros de gabinetes ministeriais, directores-gerais, governadores civis, embaixadores políticos, presidentes de empresas públicas, etc. etc.

c) A razão pela qual se tem admitido a nomeação de «embaixadores políticos» fora da carreira diplomática consiste em que, em certos postos e em determinados momentos, é necessário ter como embaixadores pessoas que, para além da lealdade e colaboração devida ao Governo por qualquer diplomata de carreira, ofereçam em maior grau uma grande identificação política com o Governo do momento. Não faz sentido, portanto, que se pretenda exigir do actual Governo português que mantenha nos seus postos embaixadores políticos que não só não estão identificados com o pensamento e com a política do Governo, mas inclusivamente são adversários políticos do Governo e dessa política.

d) É esse o caso, entre outros, da sr.ª eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, que não é politicamente neutra e muito menos se identifica com a política do Governo: situa-se na área da oposição activa ao Governo. O que é legítimo, mas não permite mantê-la como embaixador político.

e) Não carece de demonstração que é esta a posição política e ideológica da sr.ª eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo. Acrescentar-se-á apenas, para informação, que no dia 3 de Janeiro de 1980 a referida senhora deu uma entrevista ao «Diário de Notícias» em que, por um lado, considerou contrária ao Acto Final de Helsínquia a decisão tomada pela NATO quanto à instalação de mísseis nucleares na Europa e, em geral, toda a acção «armamentista». Por outro lado, e na mesma entrevista, logo a seguir, considerou que a acção soviética no Afeganistão não violou o Acto Final de Helsínquia, porque o embaixador soviético em Lisboa lhe «garantiu que a URSS retirará as tropas que, eventualmente, tenha no Afeganistão».

O Governo Português, como governo democrático dum país democrático, reconhece à sr.ª eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo o direito de defender livremente estas e outras opiniões. Mas recusa categoricamente manter em funções como embaixador de Portugal quem critica a NATO e absolve a invasão soviética do Afeganistão.

f) A sr.ª eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo não foi nem será perseguida, presa ou objecto de quaisquer sanções. Tem desenvolvido actividade política pública como oposicionista e poderá sempre continuar a fazê-lo. Poderá candidatar-se a todos os cargos electivos que desejar e fazer as declarações públicas que entender. A única coisa que não poderá fazer é voltar a exercer as funções de embaixador de Portugal sob a autoridade do actual Governo.

g) Ultimamente, o «caso Pintasilgo» foi apresentado doutra maneira, argumentando-se que a sr.ª eng.ª não ter sido autorizada a tomar parte numa reunião recente do Conselho Executivo da UNESCO, de que seria membro a título pessoal e não como representante de Portugal na organização. Esta argumentação é improcedente. Com efeito, todos os membros do Conselho Executivo são, nos termos dos Estatutos da UNESCO (art.º 5.º, A. 1), eleitos de entre os delegados nomeados pelos Estados Membros e cada um representa o Governo do Estado de que é nacional. O embaixador de Portugal na UNESCO só é, pois, membro do Conselho Executivo enquanto for mantido na missão junto da UNESCO e nesta qualidade. Cessando ela, cessa também a pertença ao Conselho Executivo: suspenso a primeira, interrompe-se também a segunda. O artigo 5.º, A. 4. C), prevê mesmo expressamente a hipótese de sobrevirem «circunstâncias excepcionais que, na opinião do Estado representado, tornem indispensável a substituição do seu representante, mesmo que este não peça a sua demissão». Nada de anormal, portanto, face ao próprio Estatuto da UNESCO.

h) Os chefes da missão procederão ao esclarecimento deste «caso» junto dos governos ou organizações onde estão acreditados da seguinte forma: se o «caso Pintasilgo» já lhes tiver sido aludido, tomarão a iniciativa de apresentar estes esclarecimentos; se não, apresentarão-o apenas quando lhes tocarem nele ou quando tiverem razões para crer que esses governos ou organizações foram sensibilizados para o ponto de vista contrário.»



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação

Jornal de Notícias

De

pages 1 e 2

Data

11.5.80

UNESCO ELOGIA

A ACÇÃO DE MARIA

DE LURDES PINTASILGO

PÁGINA 2

UNESCO MANIFESTA ESTIMA POR LURDES PINTASILGO

● Correspondência sobre a sua ausência em Paris



Em telegrama de 18 de Abril passado, Maria de Lurdes Pintasilgo informou o embaixador El Wakil, presidente do Conselho Executivo da UNESCO, da não concessão por parte do Governo de Sá Carneiro de autorização para a sua deslocação a Paris, a fim de participar na 109.ª sessão daquele Conselho Executivo, rogando ao destinatário que informasse os membros do CRE e do «Comité» Especial, assim como o professor Porter da sua ausência involuntária.

Esse telegrama foi ontem publicado pelo «Diário de Lisboa» juntamente com três cartas do embaixador El Wakil dirigidas a Maria de Lurdes Pintasilgo, ao presidente da República, Ramalho Eanes, e ao primeiro-ministro, Sá Carneiro.

Na carta dirigida a Lurdes Pintasilgo, com data de 21 de Abril, El Wakil afirma:

«[...] Exprimo-lhe a minha profunda inquietação e, ao mesmo tempo, faço votos e espero que o seu Governo modifique tal posição e tome as medidas necessárias para que possa ocupar, o mais cedo possível, o seu lugar no Conselho Executivo».

Afirma ainda ter informado os membros do CRE e «Comité» Especial, acrescentando que «estes dois órgãos do Conselho e os seus presidentes exprimem-lhe o seu total apoio e a esperança de que possa em breve voltar ao trabalho comum».

«Finalmente — conclui El Wakil — comunico-lhe a minha intenção de informar o «Bureau» do Conselho do conteúdo do seu telegrama e, se necessário, encarregar o próprio Conselho de examinar o caso».

Na carta dirigida em 23 de Abril ao presidente da República, El Wakil afirma que «o «Bureau» do Conselho Executivo foi informado de que o Governo da República Portuguesa não autorizou, até agora, a senhora eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo a tomar parte na 109.ª sessão do Conselho Executivo da UNESCO, que tem o seu início no dia 30 de Abril».

«O «Bureau» — acrescenta — encarregou-me de comunicar a V.ª Ex.ª a nossa esperança de ver a sr.ª eng.ª Pintasilgo juntar-se a nós nesta data. A importante contribuição que a sr.ª eng.ª Pintasilgo sempre trouxe aos trabalhos do Conselho, as suas intervenções de alto nível intelectual, a sua contribuição inovadora e dinâmica para as soluções dos problemas tratados serão particularmente preciosos durante esta importante

sessão, que terá de preparar a vigésima primeira Conferência Geral e de estudar um programa e um orçamento trienais. Confiantes no auxílio que V.ª Excelência dará à solução deste problema, os membros do «Bureau» do Conselho encarregam-me de apelar para V.ª Excelência e de lhe pedir que procure fazer com que o Conselho não fique privado da muito apreciável participação da sr.ª eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo».

Na mesma data, o embai-

xador, El Wakil endereçou uma carta a Sá Carneiro, afirmando ter sido encarregado pelo «Bureau» de lhe comunicar «como lamentamos a ausência da sr.ª eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo nas reuniões do «Comité» sobre as convenções e recomendações».

Informou-o, também, da «grande esperança de que a sr.ª eng.ª Pintasilgo seja autorizada a juntar-se a nós para a sessão do Conselho».

Na carta, El Wakil lembra, ainda, que Lurdes Pintasilgo

foi «eleita pela Conferência Geral que, assim, a investiu nas responsabilidades particulares de que o Conselho Executivo é encarregado, e de que este deve responder perante a Conferência Geral».

«A sr.ª eng.ª Pintasilgo — acrescenta — é um membro eminente desse Conselho. Sempre soube dar com sinceridade, eficácia e calor uma contribuição de alto nível intelectual. A sua participação activa nos trabalhos dos vários órgãos do Conselho trouxe sempre uma luz muito especial aos problemas tratados. A sua presença entre nós durante essa sessão do Conselho Executivo, que terá de preparar a vigésima primeira Conferência Geral e de examinar um programa e um orçamento trienais, reveste uma importância muito especial. Em nome do «Bureau» do Conselho Executivo, renovo os votos de que o Conselho não seja privado da sua preciosíssima colaboração».



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Diário de Lisboa
De 1 e 28
Data 10.5.80

**Correspondência
finalmente
publicada
Como
a UNESCO
lamentou
ausência
de Pintasilgo**



Pág. 28.

**Correspondência publicada
em primeira mão**

**Como na UNESCO
se lamentou
a ausência de Pintasilgo**

O «Diário de Lisboa» publica hoje, em primeira mão, a correspondência trocada entre a ex-primeiro-ministro Maria de Lourdes Pintasilgo e o presidente do Conselho Executivo da UNESCO, Chams Eldine El Wakil, a propósito da proibição, pelo Governo AD, da sua deslocação a Paris como membro daquele organismo. Publicamos também os telegramas enviados por El Wakil ao Presidente da República, General Ramalho Eanes, e ao Primeiro-Ministro Sá Carneiro, a propósito daquela proibição. Esta correspondência mostra definitivamente a preocupação com que o Conselho Executivo da UNESCO seguiu o caso, e a importância que lhe atribuiu.

18 Abril 1980

Ex.m^o Senhor Embaixador El Wakil
presidente do Conselho Executivo
da UNESCO

Lamento informá-lo de que, até este momento o Governo português não me concedeu autorização para me deslocar a Paris a fim de participar na 109.^a sessão do Conselho Executivo. Peço-lhe que durante as reuniões de 21 ou 25 informe os membros do CRE e do Comité Especial, assim como o professor Porter, da minha ausência involuntária. Queira aceitar a expressão da minha amizade pessoal assim como a certeza da

minha fidelidade aos ideais da Organização e às funções de que fui investida pela Conferência Geral.

Maria de Lourdes Pintasilgo

21 de Abril 1980

Ex.m^o Senhora Eng.^a Maria de
Lourdes Pintasilgo - membro do
Conselho Executivo

Tenho a honra de acusar a recepção do seu telegrama acerca da recusa do Governo português de autorizar a deslocação a Paris a fim de participar na 109.^a sessão do Conselho Executivo. Exprimo-lhe a minha profunda inquietação, e, ao mesmo tempo, faço votos e espero que o seu Governo modifique tal posição e tome as medidas necessárias para que possa ocupar o mais cedo possível o seu lugar no Conselho Executivo. Segundo o seu desejo, informei o Comité sobre as convenções e recomendações e o Comité especial do conteúdo do seu telegrama. Estes dois órgãos do Conselho e os seus presidentes exprimem-lhe o seu total apoio e a esperança de que possa em breve voltar ao trabalho comum. Finalmente comunico-lhe a minha intenção de informar o Bureau do Conselho do conteúdo do seu telegrama e, se necessário, encarregar o próprio Conselho de examinar o caso.

Chams Eldine El Wakil
Presidente do Conselho Executivo
da UNESCO

29 de Abril de 1980

Ex.m^o Senhor General Ramalho
Eanes
Presidente da República Portuguesa

Excelência

O Bureau do Conselho Executivo foi informado de que o Governo da República Portuguesa não autorizou até agora a se-



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

nhora eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo a tomar parte na 109.^a sessão do Conselho Executivo da UNESCO que tem o seu início no dia 30 de Abril.

O Bureau encarregou-me de comunicar a V. Ex.^a a nossa esperança de ver a Sr.^a Eng.^a Pintasilgo juntar-se a nós nesta data. A importante contribuição que a Sr.^a Eng.^a Pintasilgo sempre trouxe aos trabalhos do Conselho, as suas intervenções de alto nível intelectual, a sua contribuição inovadora e dinâmica para as soluções dos problemas tratados serão particularmente preciosos durante esta importante sessão, que terá de preparar a vigésima primeira Conferência Geral e de estudar um programa e um orçamento trienais. Confiantes no auxílio que V. Excelência dará à solução deste problema, os membros do Bureau do Conselho encarregaram-me de apelar para V. Excelência e de lhe pedir que procure fazer com que o Conselho não fique privado da muito apreciável participação da Sr.^a Eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo. Com muito elevada consideração.

Chams Eldine El-Wakil
Presidente do Conselho Executivo

29 de Abril de 1980

Senhor Francisco Sá Carneiro
Primeiro-Ministro
Lisboa

Senhor Primeiro-Ministro
A 109.^a sessão do Conselho Executivo da UNESCO tem início no dia 30 de Abril. Durante a sua

reunião do dia 28 de Abril o Bureau do Conselho encarregou-me de lhe comunicar como lamentamos a ausência da Sr.^a Eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo nas reuniões do Comité Especial e do Comité sobre as convenções e recomendações. O Bureau pediu-me igualmente que lhe comunicasse a nossa grande esperança de que a Sr.^a Eng.^a Pintasilgo seja autorizada a juntar-se a nós para a sessão do Conselho. O Bureau mostrou desejo de que o Conselho fosse informado do que se passa na sua primeira sessão. Eleita pela Conferência Geral que assim a investiu nas responsabilidades particulares de que o Conselho Executivo é encarregado, e de que este deve responder perante a Conferência Geral, a Sr.^a Eng.^a Pintasilgo é um membro eminentemente desse Conselho. Sempre soube dar com sinceridade, eficácia e calor uma contribuição de alto nível intelectual. A sua participação activa nos trabalhos dos vários órgãos do Conselho trouxe sempre uma luz muito especial aos problemas tratados. A sua presença entre nós durante essa sessão do Conselho Executivo, que terá de preparar a vigésima primeira Conferência Geral e de examinar um programa e um orçamento trienais, reveste uma importância muito especial. Em nome do Bureau do Conselho Executivo renovo os votos de que o Conselho não seja privado da sua preciosíssima colaboração. Elevada consideração.

Chams Eldine El-Wakil
Presidente do Conselho Executivo.



CAU
SEM
SENHA
10/05/85

M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Tempo
De _____
Data 8.5.80 pag 32

**PINTASILGO SONHA
COM APOIOS NA UNESCO**

PARIS (TEMPO) - Contrariamente ao que noticia o «Expresso», na sua última edição, o sr. Nayman, subdirector da UNESCO, não recusou participar num seminário sobre problemas do ensino, que será brevemente organizado pelo «Instituto de Estudos para o Desenvolvimento», em Lisboa, em sinal de protesto pelo afastamento de Maria de Lurdes Pintasilgo.

O sr. Nayman declarou ao «Tempo» que se encontrava surpeendido com a divulgação de tal informação.

O subdirector da UNESCO acrescentou: «Não vou a Lisboa porque o conselho executivo está reunido até 6 de Junho e não posso, portanto, abandonar Paris. Unicamente por isso, pois eu não tenho que apoiar ninguém».

Fundação Cuidar o Futuro



570
5704
55
AC

M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Primeiro de Janeiro
De Pág. 5
Data 6/1/80

Procurando desbloquear o «caso UNESCO»

**LURDES PINTASSILGO
RECEBIDA POR EANES**

O presidente da República recebeu ontem Maria de Lurdes Pintassilgo, que lhe comunicou a sua disponibilidade na procura de «vias de solução» para a representação portuguesa no Conselho Executivo da UNESCO.

A saída de Belém, Lurdes Pintassilgo afirmou à imprensa que, não estando em causa o vínculo do seu mandato àquela organização, enquanto membro eleito pela Conferência Geral nos termos dos respectivos estatutos, está excluída a sua demissão.

Lurdes Pintassilgo acrescentou que, estatutariamente, a substituição de um membro do Conselho Executivo da UNESCO só pode ocorrer por morte ou quando sobrevierem «circunstâncias excepcionais do ponto de vista do Estado representado».

A antiga primeira-ministra manifestou a Eanes a sua preocupação por se manter vago o lugar de Portugal no Conselho Executivo da UNESCO e mostrou-se disponível para vias de solução e compromisso aceitável.

Isto, dentro «dos limites da minha consciência» — frisou.

Esta audiência, a primeira que Lurdes Pintassilgo solicitou ao presidente da República, desde que deixou a che-

fia do V Governo, vem na sequência de um telegrama, enviado pelo presidente do Conselho Executivo da UNESCO a Eanes, em que manifesta a sua esperança de que o chefe de Estado e o Governo encontrem «soluções adequadas quanto à representação do Estado português» na reunião que acaba em 16 deste mês.

Idêntico telegrama teria sido enviado ao primeiro-ministro, Sá Carneiro.

Aquela organização está disposta a discutir o caso no Conselho Executivo, hoje, e até no seu plenário, depois de provável deslocação de um emissário a Lisboa.

Lurdes Pintassilgo lamentou que «cinco anos de esforços e prestígio de Portugal sejam anulados por uma posição política, que não considere, em primeiro lugar, os interesses do País».

Classificou o assunto como grave, por se viver «uma situação de tensão internacional» e porque «a integridade da UNESCO é fundamental, como corpo organizado, no concerto da paz mundial».

Lurdes Pintassilgo afirmou ainda não desejar ser «um instrumento de desprestígio do Estado português na comunidade das nações», para que foi eleita.

Fundação para Cuidar o Futuro



ONU
GTM
SETU +
25
A2

M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Jornal Notícias
De País
Data 6/5/80

UNESCO pressiona Lisboa

CASO PINTASILGO

SOBE AO PLENÁRIO

DO CONSELHO EXECUTIVO

Página 2

UNESCO preocupada com «demora» de Lurdes Pintasilgo

«NÃO DESEJO SER INSTRUMENTO DE DESPRESTÍGIO PORTUGUÊS»

—disse a embaixadora à saída de Belém

O presidente da República recebeu ontem Lurdes Pintasilgo, que lhe comunicou a sua disponibilidade na procura de «vias de solução» para a representação portuguesa no Conselho Executivo da UNESCO.

A saída de Belém, Lurdes Pintasilgo afirmou à ANOP que, «não estando em causa o vínculo do seu mandato àquela organização, enquanto membro eleito pela conferência geral nos termos dos respectivos estatutos, está excluída a sua demissão».

Lurdes Pintasilgo acrescentou que, estatutariamente, a substituição de um membro do Conselho Executivo da UNESCO só pode ocorrer por morte ou quando sobrevierem «circunstâncias excepcionais do ponto de vista do Estado representado».

O antigo primeiro-ministro manifestou a Eanes a sua preocupação por se manter vago o lugar de Portugal no Conselho Executivo da UNESCO e mostrou-se disponível para «vias de solução e compromisso aceitáveis».

«Isto dentro dos limites da minha consciência» — frisou.

Esta audiência, a primeira que Pintasilgo solicitou ao presidente da República, desde que deixou a chefia do V Governo, vem na sequência de um telegrama, enviado pelo presidente do Conselho Executivo da UNESCO a Eanes, em que manifesta a sua esperança de que o chefe de Estado e o Governo encontrem soluções adequadas quanto à representação do Estado Português na reunião que acaba em 16 deste mês.

Idêntico telegrama teria sido enviado ao primeiro-ministro, Sá Carneiro.

Aquela organização está disposta a discutir o caso no Conselho Executivo, hoje, e que no seu plenário, depois de provável destituição de um emissário a Lisboa.

Lurdes Pintasilgo lamentou que «cinco anos de esforços e prestígio de Portugal sejam anulados por uma posição política, que não considera, em primeiro lugar, os interesses do país».

Classificou o assunto como grave, por se viver «uma situação de tensão internacional» e porque «a integridade da UNESCO é fundamental, como corpo organizado, no concerto da paz mundial».

Lurdes Pintasilgo afirmou ainda não desejar ser «um instrumento de desprestígio do Estado Português na Comunidade das nações, para que foi eleita».



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Diário de notícias

De pag 3

Data 6.5.80

Caso da representação na UNESCO

Eanes recebeu ontem Lurdes Pintasilgo

O Presidente da República recebeu ontem a eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo, que lhe foi comunicar a sua disponibilidade na procura de «vias de solução» para a representação portuguesa no Conselho Executivo da UNESCO.

A audiência foi solicitada pela ex-primeiro-ministro do V Governo e veio na sequência de um telegrama enviado pelo presidente do Conselho Executivo da UNESCO, em que manifesta a esperança de que o Chefe de Estado e o Governo encontrem «soluções adequadas quanto à representação do Estado Português» na reunião que termina em 16 deste mês.

A UNESCO está disposta a discutir o caso no Conselho Executivo, e até no seu plenário, em momento posterior à deslocação de um seu emissário a Lisboa.

Entretanto, a saída de Belém, Maria de Lurdes Pintasilgo afirmou que não estava em causa o vínculo do

seu mandato àquela organização, mas que, enquanto membro eleito pela Conferência Geral, nos termos dos respectivos estatutos, a sua demissão estava excluída.

«Só por circunstâncias excepcionais, do ponto de vista do Estado representado, ou por morte», prosseguiria Lurdes Pintasilgo, «se pode verificar a substituição de um membro do Conselho Executivo».

Mostrando-se disposta a encontrar uma solução de compromisso dentro dos «limites da minha consciência», a ex-primeiro-ministro classificou o assunto de «grave», por se viver «uma situação de tensão internacional» e porque a integridade da UNESCO é fundamental, como corpo organizado, no concerto da paz mundial, lamentando ainda que «cinco anos de esforços e prestígio de Portugal sejam anulados por uma posição política que não considera, em primeiro lugar, os interesses do País».



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação A Tribuna

De pag 6

Data 6.5.80

Sem mel nem fel

P. M. Pombal

Morra o Pintasilgo e salve-se a ecologia

A SENHORA Pintasilgo não perde uma oportunidade de se pôr em bicos de pés para debitar para o grande público as suas habituais desbocadas concepções político-filosóficas de tão triste memória desde o seu calamitoso governo.

Em entrevista feita na RDP, voltou a afirmar-se como «conselheira» — que só foi temporária e revolucionariamente — parecendo pretender convencer as pessoas que a sua falta na UNESCO a defender o terceiro-mundismo é a desgraça das desgraças, o apagamento de Portugal e a falência da própria UNESCO. Para isso cita cartas que lhe são pessoalmente dirigidas e quase põe a UNESCO a chorar só porque não a deixam — e quanto a nós muito bem — ocupar funções à revelia de qualquer carreira diplomática, que não possui.

Na referida entrevista, dada há dias à RDP, falou em farpas atiradas a Eanes — a quem politicamente desgraçou — em razão do seu discurso na A R , e referiu-se com insistência a «pinceladas» do seu «programa político» insistindo na crítica aos órgãos de Comunicação Social que, segundo se depreende (as suas palavras), está a ser manipulada, considerando até, em comparação com outras profissões, que era incompetentemente executada.

Ora, a verdade é que a «inclita» Lurdes Pintasilgo foi em todos os governos, depois do 25 de Abril, a seguir ao gonzalvismo, quem mais gente saneou em menos tempo servindo-se de um fantoche que tinha previamente posto à frente da Comunicação Social. O caso da RDP, onde colocou um militante do PC; do «Diário Popular» onde instalou a UDP, e na

EPNC onde se passou a vergonha que todos conhecemos, do despudorado saneamento político de Sousa Tavares.

Ora, tudo isto é da total responsabilidade moral e política da «marxista» Lurdes Pintasilgo.

Quanto ao seu governo — a que ainda hoje se refere como vítima — foi de todos o mais fracassado no seu total negativismo e ainda hoje se não sabe se pretendia implantar pura e simplesmente o terceiro-mundismo de que é inspirador o seu amigo Antunes ou, muito simplesmente, colocar o País na rampa inclinada do marxismo, águas em que continua a pretender nadar embora se escuse sempre de o declarar frontalmente.

De qualquer forma, Lurdes Pintasilgo é, politicamente, um caso passado de desencanto e embuste. Talvez por isso o PS a tenha recebido em saldo.



6m
000
+2
PE

M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Impresso

De Pag. 2

Data 3/5/80

Perito da UNESCO recusa-se vir a Lisboa

O PROFESSOR Nayman, subdirector da UNESCO e perito em assuntos do Ensino Superior, declinou o convite que lhe fora dirigido para participar em Lisboa, num seminário sobre "Política Educativa". A recusa, terá ficado a dever-se ao facto do Governo AD ter decidido retirar Maria de Lourdes Pintasilgo do cargo de embaixadora que ocupava naquela organização internacional. O prof. Nayman deveria participar com mais alguns técnicos da UNESCO no seminário promovido pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento que decorrerá de 8 a 10 de Maio.

Fundação Cuidar o Futuro



0100
do
AC

M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação o dia de guerra
De pag 2
Data 3.5.80

PORTUGAL NA UNESCO

—
Maria de Lurdes Pintasilgo não voltará a ocupar o seu cargo na Unesco, segundo afirmou uma fonte governamental portuguesa.

"Se o Presidente da República recusar a substituição, o cargo de embaixador na Unesco não será provavelmente preenchido", adiantou a mesma fonte, "ficando Lurdes Pintasilgo retida em Lisboa".

"A proposta de substituição está integrada no movimento diplomático apresentado pelo Governo ao Presidente Eanes", informou ainda.

Fundação Cuidar o Futuro



RECEBIDA POR EANES

LURDES PINTASILGO

TENTA DESBLOQUEAR O CASO

DA REPRESENTAÇÃO NA U.N.E.S.C.O.

IMPRENSA

Diário Popular

pag. 5

6.5.80

O Presidente da República recebeu ontem Maria de Lurdes Pintasilgo, que lhe comunicou a sua disponibilidade na procura de «vias de solução» para a representação portuguesa no Conselho Executivo da Unesco.

À saída de Belém, Lurdes Pintasilgo afirmou à Anop que, «não estando em causa o vínculo do seu mandato àquela organização, enquanto membro eleito pela Conferência Geral, nos termos dos respectivos estatutos, está excluída a sua demissão».

Acrescentou que, estatutariamente, a substituição de um membro do Conselho Executivo da Unesco só pode ocorrer por morte ou quando sobrevierem «circunstâncias excepcionais do ponto de vista do Estado representado».

A antiga primeira-ministra manifestou a Eanes a sua preocupação por se manter vago o lugar de Portugal no Conselho Executivo da Unesco e mostrou-se disponível para «vias de solução e compromisso aceitável».

Isto, dentro «dos limites da minha consciência» — frisou.

Esta audiência, a primeira que Lurdes Pintasilgo solicitou ao Presidente da República, desde que deixou a chefia do Quinto Governo, vem na sequência de um telegrama, enviado pelo presidente do Conselho Executivo da Unesco a Eanes, em que este manifesta a sua esperança de que o Chefe do Estado e o Governo encontrem «soluções adequadas quanto à representação do Estado Português» na reunião que acaba em 16 deste mês.

Idêntico telegrama teria sido enviado ao primeiro-ministro, Sá Carneiro.

Aquela organização está disposta a discutir o caso no Conselho Executivo, hoje, e até no seu plenário, depois de provável deslocação de um embaixador a Lisboa.

Lurdes Pintasilgo lamentou que «cinco anos de esforços e prestígio de Portugal sejam anulados por uma posição política, que não considera, em primeiro lugar, os interesses do País».

Classificou o assunto como grave, por se viver «uma situação de tensão internacional» e porque «a integridade da Unesco é fundamental, como corpo organizado, no concerto da paz mundial».

Lurdes Pintasilgo afirmou, ainda, não desejar ser «um instrumento de desprestígio do Estado português na comunidade das nações, para que foi eleita».

Fundação Cuidar o Futuro



SFWII
AC
OHM

M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação O Jornal
De Pág. 43
Data 30/4/80

A perseguição a L. Pintasilgo /

UNESCO transmite sua "inquietação" a Lisboa

O presidente do Conselho Executivo da UNESCO, o egípcio Chams El-Din El-Wakil, deverá enviar, se é que não enviou já, ao Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes, e ao primeiro-ministro, dr. Francisco Sá Carneiro, um telegrama dando conta da inquietação provocada naquele organismo internacional pela situação criada à eng. Maria de Lurdes Pintasilgo, segundo fontes bem informadas próximas da UNESCO que «O Jornal» contactou ontem, terça-feira, à tarde, em Paris. Antes, aquele dirigente enviou já um telegrama de idêntico teor ao primeiro-ministro do V Governo Constitucional.

Fundação Cuidar o Futuro

As mesmas fontes assinalaram que, como o próprio director-geral da UNESCO, Amadou Mathtar M'Bow, já referiu, a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo é membro eleito, a título pessoal, daquele Conselho Executivo. Embaixadora de Portugal na UNESCO, a primeiro-ministro do V Governo Constitucional encontra-se impedida de participar na 109.ª sessão daquele Conselho, por decisão do Governo. Além de Maria de Lurdes Pintasilgo, verificam-se mais duas ausências anormais: um membro também do Conselho, libiano, impedido de comparecer em consequência do golpe de estado ocorrido no seu país, e um funcionário de um país de Leste. Quanto a Maria de Lurdes Pintasilgo, o Governo português tem afirmado que se encontra «demorada» em serviço no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o que como se sabe que é mentira.

Na UNESCO, esta situação é encarada como sendo grave de um ponto de vista político, podendo trazer consequências muito negativas para o nosso país e sua imagem internacional. A própria Maria de Lurdes Pintasilgo estaria a ver se encontrava modo de evitar tais consequências da exclusiva responsabilidade do Governo de Sá Carneiro.

Por outro lado, «O Jornal» soube que no Ministério dos Negócios Estrangeiros foi recebida cópia de um telegrama do presidente do Conselho Executivo da UNESCO para Maria de Lurdes Pintasilgo, manifestando-lhe a sua «profunda inquietação» pela situação criada, e

expressando a esperança de que o Governo português «modifique a sua posição e tome as medidas necessárias que permitam a V. Ex.ª retomar o lugar que lhe cabe do Conselho Executivo o mais cedo possível».

No seu telegrama, o presidente do Conselho Executivo dá ainda conta de idênticos sentimentos por parte do Comité sobre Convenções e Recomendações (Direitos do Homem, de que Lurdes Pintasilgo deveria ser eleita presidente) e Comité Especial, assim como dos respectivos presidentes.

No entanto, por parte do Governo português parece manter-se a mesma intransigência. E tudo leva a crer que o prof. Neymer, subdirector-geral e encarregado do Ensino Superior da UNESCO, cancelou uma visita a Portugal, em consequência da posição do Governo de Sá Carneiro para com Maria de Lurdes Pintasilgo. O prof. Neymer deveria participar num seminário sobre «Política Educacional num contexto de crise e transformação social», a realizar em Lisboa nos dias 8, 9 e 10 de Maio, por iniciativa do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, mas recusou o convite.

Dirigentes daquele Instituto não explicitaram, ontem, as razões da recusa, no anunciarem a iniciativa no decorrer de uma conferência de Imprensa, mas as suas palavras permitem que se conclua, com segurança, que está relacionada com a «demora» de Lurdes Pintasilgo em Lisboa...



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

POR CAUSA DO SUCEDIDO COM LURDES PINTASILGO

CONVITE PARA VISITAR PORTUGAL DECLINADO POR TÉCNICO DA U.N.E.S.C.O.

O professor Nayman, subdirector da U. N. E. S. C. O. e perito em questões de Ensino Superior, declinou o convite que lhe fora endereçado para participar, em Lisboa, num seminário sobre «Política Educativa», alitude que se terá ficado a dever, segundo apurou o «D. P.», às más relações actualmente existentes entre a U. N. E. S. C. O. e Portugal, depois do Governo português ter decidido retirar a engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo o cargo que ocupava naquela instituição internacional. O professor Nayman deveria participar, com mais

alguns técnicos da U. N. E. S. C. O., no seminário promovido pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, subordinado ao tema «Política educacional num contexto de crise e transformação social», iniciativa que decorrerá, de 8 a 10 de Maio, nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

No cumprimento de um dos seus principais objectivos estatutários, qual seja o de fomentar o estudo e a reflexão sistemática sobre temas relacionados com o desenvolvimento económico, social e cultural do País, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento pretende, com este seminário, abrir a discussão sobre um tema da máxima actualidade, uma vez que se prevê para muito breve a apreciação do projecto governativo da Lei do Sistema Educativo.

O seminário contará com sessões temáticas diversas e duas mesas-redondas; uma sobre «Perspectivas de desenvolvimento do Ensino Superior», em que participarão Miller Guerra, Veiga Simão, Marcelo Grilo, Frausto da Silva e Maria de Lurdes Pintasilgo, que, assim, substitui o professor Nayman, e uma outra sobre «Política Educativa e Reforma do Ensino em Portugal», que terá a colaboração de Almeida Costa, Rui Grácio, Frausto da Silva, Teresa Ambrósio e Veiga da Cunha.

REFORMA DO SISTEMA FISCAL

Para além desta iniciativa, o Instituto promove ainda, de 29 a 31 de Maio, um seminário sobre «A Reforma do Sistema Fiscal Português», que terá a participação de F. Ordóñez Pierre Uri, Sousa Franco Sousa Gomes, Rui Vilar e Vítor Constâncio, entre outros.



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Diário de Notícias

De Pág. 4

Data 28/4/80

Lurdes Pintasilgo à RDP

Só interesse nacional impediria ida à UNESCO

«Só um interesse nacional superior me podia legitimamente impedir de estar presente a uma reunião da comunidade internacional para que fui eleita» afirmou Lurdes Pintasilgo em entrevista ao «Jornal da Tarde» da RDP-1.

Afirmando tratar-se de uma questão independente da sua função como embaixadora a ex-primeiro-ministro diria ter a consciência de com a sua ausência da sessão de Primavera da UNESCO ter a consciência de ser afinal instrumento involuntário de uma ocasião de desprestígio para o País.

Presente nas cerimónias da Praça do Império juntamente com todos os primeiros-ministros dos governos anteriores Lurdes Pintasilgo diria à RDP que o desfile militar lhe fez recordar que «estamos num momento em que é preciso reafirmar tudo aquilo que é

caminho para a paz» aludindo em seguida ao seu encontro com os pensionistas e reformados da Previdência, ao convívio com o povo nas ruas de Lisboa as sessões do Coliseu e de Santarém e ainda à recepção no Palácio da Ajuda aos representantes diplomáticos acreditados no nosso país tudo para concluir que o «espírito do 25 de Abril está vivo».

Recusando-se a analisar o discurso do Presidente da República na perspectiva dum discurso de recandidatura e apodando de fantasma a hipótese de militarização do regime Lurdes Pintasilgo terminaria a entrevista defendendo o seu projecto político, que considerou inovador em certos pontos e o papel dos órgãos de Comunicação Social, que afirmou deterem em muitos países «um papel que não sei se não será o maior de todos os poderes».

Fundação Cuidar o Futuro



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Portugal Hoje
De Pág. 24
Data 28/4/80

Mirante

O caso Pintasilgo e a mesquinhez do Governo

Se a crítica constitui a arma apropriada para a Oposição ao Governo num Estado Democrático, então este Governo é insensível à crítica, ou não vivemos numa Democracia. De facto, como explicar a insensibilidade do Poder ao clamor de críticas que se levanta contra a inqualificável perseguição política de que é alvo a ex-primeira-ministra, engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo?

Em nenhum País civilizado e democrático se persegue politicamente um ex-chefe de Governo, investido pelo Presidente eleito, nos termos da Constituição, e posteriormente confirmado pela votação parlamentar do seu programa.

A esta luz, o V Governo foi tão democrático como é o ac-

tual VI. Ambos chegaram ao Poder no integral respeito pelas regras constitucionais e não é legítimo a actual equipa tecer juízos de valor sobre o Executivo que o antecedeu.

Acresce ainda o facto de a engenheira Pintasilgo ter desempenhado as funções de embaixador de Portugal na UNESCO com inegável brilho e inexcusável competência, o que lhe granjeou justificado prestígio a nível internacional. Por isso mesmo, Pintasilgo teria sido eleita na passada semana para funções de grande responsabilidade no seio da UNESCO, o que constituiria uma honra e uma distinção para o nosso País.

«Demorar em serviço» (eufemismo que, no jargão diplomá-

tico, significa *reter em Lisboa*) uma embaixadora com o perfil e a capacidade da engenheira Pintasilgo e, por esse facto, fazer com que o nosso País permaneça sem representante diplomático condigno na UNESCO, constitui uma atitude inqualificável do Governo «AD» e dá exacta noção da mesquinhez política, falta de dignidade moral e espírito anti-patriótico de homens como Sá Carneiro e Freitas do Amaral, que não hesitam em prejudicar os interesses nacionais, com base em ressentimentos pessoais e conveniências de base partidária.

Este Governo e estes dirigentes políticos constituem a vergonha do Portugal Democrático e são um insulto no 25 de Abril.

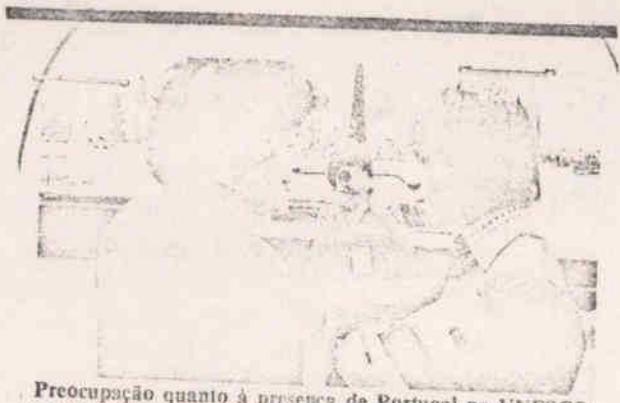


6-1
AC
ONM

M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação A Tribuna
De Pag. 5
Data 28/4/80



Preocupação quanto à presença de Portugal na UNESCO manifestou ontem a ex-Primeiro-Ministro em entrevista radiofónica. Candidatos a jornalistas quiseram também saber das suas preocupações, à saída de Belém

M.L. Pintasilgo preocupada

A eng. Maria de Lurdes Pintasilgo, em entrevista radiofónica ontem concedida, declarou esperar que o Governo mude a sua atitude, que considera inéscita, e aprove ainda o seu regresso a UNESCO.

Lurdes Pintasilgo revelou-se preocupada com a decisão governamental que a retém

em Lisboa, já que afirmou estar em jogo o prestígio português naquela Organização. A ex-primeiro-ministro explicou não ser a sua intenção demitir-se, salientando ter assumido responsabilidades para com os Governos ali representados para o cargo para que foi eleita.

Fundação Cuidar o Futuro

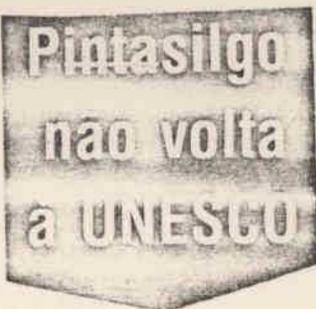


Com
JUN 1979
AC
V. 6
ORU

M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação Correio da Manhã
De Pag. 8
Data 24/4/80



Está «definitivamente assente que Lourdes Pintasilgo não volta para a UNESCO» – disse à ANOP em Copenhaga, uma fonte governamental portuguesa.

Se o Presidente da República recusar a substituição, o cargo de embaixador na UNESCO não será, provavelmente, preenchido, – referiu a mesma fonte – e a antiga chefe do Governo ficará retida em Lisboa.

A proposta de substituição está integrada no movimento diplomático apresentado pelo Governo ao Presidente Eanes – informou ainda.

A fonte governamental acrescentou que o Presidente da República não deverá astinar a nomeação de um outro embaixador de Portugal na UNESCO, em substituição de Lourdes Pintasilgo.

Fundação Cuidar o Futuro



GM
SEVT
OMU
AC
SG

M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação O Diário
De Paiz
Data 24/4/80

**RETENÇÃO
DE
M. LOURDES
PINTASILGO
ASSUME
REPERCUSSÃO
INTERNACIONAL**

O director-geral da UNESCO, Amadou M'Bow afirmou ontem em Estrasburgo que Maria de Lurdes Pintasilgo é membro do Conselho Executivo daquele organismo a título pessoal e não governamental.

M'Bow disse também que a eng. Lurdes Pintasilgo goza do maior respeito no seio da UNESCO.

Em Copenhaga, uma "fonte governamental portuguesa" citada pela ANOP declarou, entretanto, que está "definitivamente assente que Lurdes Pintasilgo não volta para a UNESCO".

Segundo a mesma fonte, se o Presidente da República recusar a substituição que o Governo PPD/CDS pretende impor, o cargo de embaixador na UNESCO não será "provavelmente" preenchido e Maria de Lurdes Pintasilgo ficará "retida" em Lisboa.

Fundação para o Futuro



Lurdes Pintasilgo proibida na Unesco e na RTP-1...

▷ "Desprestígio para o País" — comenta a ex-primeiro-ministro pág. 36

▷ Editorial: "Um acto indigno" Fundação Cuidar o Futuro pág. 2



E.
AO E IMPRENSA

o jornal

Res-1

23/4/82



Um acto indigno e escandaloso

E IMPRENSA

Ao impedir a anterior primeira-ministro e actual embaixadora de Portugal na UNESCO, eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo, de participar na reunião da Comissão Executiva daquele prestigioso organismo internacional, comissão para que foi eleita há anos atrás, o Governo de Sá Carneiro cometeu um acto que não podemos deixar de considerar indigno e escandaloso — por muito que nos custe (e custa) ter de usar tais qualificativos quanto a uma entidade que tem à partida legitimidade democrática.

A vergonha e o escândalo começaram, aliás, quando o ministro dos Negócios Estrangeiros, decerto não actuando sem outros apoios, não permitiu que a chefe do V Governo Constitucional, finda a missão de que o Presidente da República a incumbira e para que a Assembleia da República lhe deu «luz verde», regressasse ao seu posto em Paris.

Lurdes Pintasilgo ficou «demorada em serviço» em Lisboa, para usar uma linguagem diplomática do MNE. Eufemismo que não corresponde a nada que não seja faltar à verdade, utilizando uma expressão sem nenhum sentido, pois Lurdes Pintasilgo não está incumbida rigorosamente de nenhum serviço naquele ministério...

Entretanto, não contente com isto, o Governo impede aquela conhecida dirigente católica, antiga presidente internacional da Pax Romana, de se deslocar à capital francesa para participar na referida importante reunião do órgão superior da UNESCO, para o qual foi eleita atendendo sobretudo ao seu prestígio pessoal; órgão superior em que os seus elementos estão também a título pessoal, e não só como representantes do país, e nessa dupla qualidade decidem, atendendo muitas vezes apenas ao que em sua consciência julgam ser as melhores soluções.

Acresce que, ao que tudo indica, a embaixadora de Portugal na UNESCO deveria ser eleita, nesta sessão, presidente da Comissão dos Direitos do Homem, o que não só atesta o seu prestígio internacional e na organização (e será o despeito por esse facto que incomoda alguns dirigentes?), como seria algo de relevante e honroso para o País.

Ao agir deste modo, o Executivo de Sá Carneiro procede de forma inadmissível, contrária aos interesses nacionais, à democracia e aos padrões morais por que se deve pautar a conduta de qualquer Governo. E decerto não haverá exemplo de num país democrático se passar facto semelhante. Trata-se, além do mais, de uma atitude de baixeza política e mesquinho revanchismo, que não julgávamos fosse mais possível em Portugal, após o 25 de Abril.

Um acto que, infelizmente, só por si, talvez constitua todo um retrato dos que são por ele responsáveis.

O Jornal
Pag. 2
23/4/80

Fundação Cuidar o Futuro



M. N. E.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Publicação O Jornal
De P. 538
Data 23/4/80

Reunião da UNESCO: ficou vazia a cadeira de Lourdes Pintasilgo

«Pela primeira vez na minha vida, tenho a sensação de estar a ser instrumento de desprestígio para o meu país», afirmou ontem a «O Jornal» a eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo, comentando o facto de o Governo de Sá Carneiro a ter impedido de se deslocar a Paris, para participar na 109.^a sessão do Conselho Executivo da UNESCO, para que foi eleita, em 1976, em Nairobi, com o apoio de representantes de 121 países.

A 109.^a sessão do Conselho Executivo da UNESCO começou anteontem, segunda-feira, em Paris, com uma cadeira vazia — a que devia ser ocupada por Maria de Lourdes Pintasilgo, «retida» em Lisboa pelo Governo AD que, no entanto não lhe confiou qualquer missão que justifique a ausência e, sobretudo, a medida discrecionária do Executivo de Sá Carneiro.

Em contrapartida, e segundo notícia a ANOP, a eng.^a Lourdes Pintasilgo teria sido substituída naquela sessão da Comissão Executiva da UNESCO pelo ministro plenipotenciário Jorge Rito. «O Jornal» apurou, no entanto, que Maria de Lourdes Pintasilgo não foi substituída, já que é membro da Comissão Executiva por eleição e não por nomeação do Governo, devendo recordar-se que este lugar é escolhido mais em função das pessoas do que dos países que representam, tendo um papel fundamental o prestígio dos eleitos. E Lourdes Pintasilgo foi o elemento eleito por aquele conselho com maior número de votos.

Por outro lado, e segundo fontes contactas por nós em Paris, Jorge Rito, por incumbência do Governo português, tenta justificar a ausência de Maria de Lourdes Pintasilgo por se encontrar «demorada

em comendações, mais vulgarmente conhecida por «Comissão dos Direitos do Homem», o que constituiria evidentemente factor de prestígio para o nosso país nos meios internacionais. A atitude do Governo impediu que isso se concretizasse.

Embaixada de Portugal na UNESCO quando chamada a exercer as funções de primeiro-ministro, a eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo foi «retida» em Lisboa pelo ministro dos Negócios Estrangeiros do VI Governo, prof. Freitas do Amaral. Esta medida, para a qual o Executivo nunca deu explicação, tem sido apontada como apenas um exemplo do espírito «retrancista» do Governo.

A ausência de Maria de Lourdes Pintasilgo e a «explicação» do Governo AD causaram estranheza nos meios ligados à UNESCO, em Paris, onde a notícia foi recebida com estupefacção e desagrado, atendendo ao grande prestígio de que o antigo primeiro-ministro português goza naquela organização internacional e a tratar-se de um facto sem precedentes em países democráticos.

Protesto do PS

Ontem à tarde, o grupo parlamentar do Partido Socialista apresentou na Assembleia da República uma moção de protesto «contra as medidas administrativas de carácter intolerante e sectário que continuam a ser tomadas contra a ex-primeiro-ministro Lourdes Pintasilgo».

Naquela moção (que será votada amanhã, quinta-feira) os socialistas manifestam-se «contra a minimização da UNESCO e do seu Conselho Executivo, sujeitando os valores da convivência internacional a arbitrariedades sem fundamento».

A moção, de protesto, recebida com aplausos pela oposição, segue-se à não autorização por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros de participação, de Maria de Lourdes Pintasilgo na sessão do Conselho Executivo da UNESCO. Naquela documentação, os socialistas assinalam que «segundo consta, a sua ausência não impediu que o seu nome fosse proposto para a presidência do Comité dos Direitos Humanos».

em serviço no Ministério dos Negócios Estrangeiros», o que, como já se disse, não é exacto. Durante esta 109.^a sessão do Conselho Executivo da UNESCO, a eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo deveria ser eleita para a presidência da Comissão dos Direitos do

Lurdes Pintasilgo a «O Jornal»

Desprestígio para o País

Comentando para «O Jornal» a medida do Governo que a impediu de se deslocar a Paris para participar na 109.^a sessão da Comissão Executiva da UNESCO, a eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo fez-nos a seguinte declaração:

«Pela primeira vez na vida tenho a sensação de estar a ser instrumento de desprestígio para o meu país. E isso desgosta-me profundamente. Desejaria poder continuar a dar de Portugal a imagem que sempre procurei transmitir nas numerosas intervenções internacionais que me têm cabido: a imagem de um país suficientemente rico de valores e de ética para ser respeitado, em todas as circunstâncias, na comunidade das nações.

Pela situação em que me encontro, face ao Conselho Executivo da UNESCO, sou, involuntariamente, levada a contribuir para a diluição dessa imagem. É o meu brio patriótico que com isso se sente atingido».



Publicação O JornalDe Pág. 38Data 23/4/80

Entrevista com Lurdes Pintasilgo proibida na RTP-1

À hora em que fechamos esta edição está a decorrer, nos estúdios da Televisão, uma reunião de jornalistas para debater a orientação que está a ser imprimida à Informação da RTP e, mais especificamente, a situação criada ontem com o impedimento da transmissão, no primeiro canal, de declarações de Lurdes Pintasilgo.

Essa proibição, transmitida pelo director de Informação, Fialho de Oliveira, provocou, de imediato, uma reacção do chefe de redacção, Fernando Balsinha, que mostrou intenção de se demitir.

A decisão foi comunicada à chefia do Telejornal-1, poucos minutos antes do começo da transmissão. Porém, nenhum telespectador poderia adivinhar a «borrasca» que ia nos «bastidores». O único sinal visível para o público podia ser a omissão do nome do apresentador e do realizador. Com efeito, Fernando Balsinha, que devia apresentar o Telejornal, decidiu não o fazer, dando ordem ao Helder de Sousa para tomar o seu lugar. Seruca Salgado, o realizador, perante a alteração de última hora ao alinhamento previsto, retirou também o seu nome da assinatura do jornal da RTP. José Eduardo Moniz, subdirector de Informação, abandonou os estúdios, o que foi interpretado como uma discordância em relação à decisão do seu director.

Tudo começou a seguir ao almoço, quando os jornalistas do sector entenderam que se justificava pedir declarações a Lurdes Pintasilgo, porque se iniciava, em Paris, a 109.ª sessão do Conselho Executivo da UNESCO e Lurdes Pintasilgo continuava «retida» em Lisboa, apesar de se manter como embaixadora portuguesa naquele organismo internacional. O redactor Pedro de Castro começou as diligências para contactar Lurdes Pintasilgo e, obtido o acordo desta para uma entrevista, foi o próprio chefe da secção de política nacional, Luís Rodrigues, que se encarregou desse

trabalho. Foi sabido, entretanto, que já se encontrava, no local, uma equipa da RTP-2, pelo que prescindiu de meios técnicos. É usual que os canais usem imagens um do outro.

Decisão técnica...

Preparado o material para entrar no Telejornal, foi poucos minutos antes que o director de Informação telefonou a transmitir a sua decisão de não autorizar a transmissão no primeiro canal, porque recebera uma comunicação do chefe do segundo canal a queixar-se que o primeiro lhe roubara o exclusivo.

Contactado por «O Jornal» Fialho de Oliveira disse-nos:

«Existe um acordo tácito entre as chefias de redacção dos dois canais sobre serviços não previamente conhecidos e, portanto, que poderemos considerar «caixas», concedendo a ambas as redacções o direito de iniciativa e, portanto, de exclusividade sobre determinadas matérias, num espírito de salutar concorrência. O que aconteceu com a citada entrevista da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo — acrescentaria Fialho de Oliveira — baseou-se apenas nesses princípios, dado que a iniciativa tinha partido do Canal 2 e, portanto, ele era o detentor da «caixa». Como simples árbitro que sou, decidi impedir o Canal 1 de transmitir a entrevista, que foi, por isso, para o ar através do 2.º Canal.»

... ou política?

Os jornalistas, ao mesmo tempo que afirmam que se recusam a aceitar a discussão em termos de uma

guerra de canais, argumentam que houve uma iniciativa do 1.º Canal para a feitura desse serviço e que não houve qualquer consulta prévia antes da decisão. Dizem que na base da decisão houve, sim, uma atitude política. E citam o caso ocorrido há uma semana, quando as declarações de Otelo Saraiva de Carvalho, no lançamento da FUP, feitas pelo 1.º Canal foram «transferidas» para o segundo, sem que o primeiro as tivesse utilizado...

O canal do Governo

Jornalistas por nós contactados, e que iam levantar esse problema nesses precisos termos na reunião de urgência convocada pelos delegados sindicais dos jornalistas, disse-nos que há um a priori de carácter sistemático em dar no 1.º Canal, que tem uma difusão consideravelmente maior que o segundo, declarações de responsáveis do Governo, «atirando» com personalidades que não lhe são consideradas afectas ou mesmo dirigentes de partidos da oposição parlamentar para o segundo...

No plenário de ontem à noite, elementos da chefia do 2.º Canal (Pinto Coelho, Miguel Sousa Tavares e Amaral Marques) não estiveram presentes.

Também deverá ser levantada a questão da forma como vão ser cobertas as manifestações do 25 de Abril, uma vez que, disse-nos uma fonte da Informação da RTP, há indicações de que a RTP se prepara para cobrir sobretudo as iniciativas oficiais ou do Governo.

Foram-nos citados diversos casos de transmissões que foram impedidas, como por exemplo a de declarações do secretário-geral das UDAs, Manuel da Costa. Por seu lado, a semana passada, a UDP contestou a decisão de não ser dado tempo de antena para o seu congresso, como é usual com os outros partidos da AR.

Fialho de Oliveira justifica-se

Mas um dos casos que causou maior efervescência foi o do conhecimento de que o director da Informação teria recebido instruções do director-geral de Informação, recentemente empossado, Manuel Figueira (que esteve ligado à RTP e ao Telejornal antes do 25 de Abril), para o ministro Álvaro Barreto ir à Televisão a propósito da greve da Petrogal, numa das múltiplas aparições de governantes que têm enchido os pequenos ecrãs.

«Eu não recebo ordens da Direcção-Geral de Informação, do Governo ou de qualquer dos partidos que compõem a AD» — disse-nos Fialho de Oliveira a propósito dos protestos por parte dos delegados sindicais, que criticaram a Direcção de Informação de «permitir a manipulação e a invasão dos telejornais por parte de personalidades governamentais sem que a matéria informativa a isso justificasse».

Fialho de Oliveira acrescentaria, ainda: «A Direcção-Geral de Informação apenas me alertou para a gravidade e os perigos para a população da situação criada pela greve e, nessa base, achei que deveria interromper a emissão para repetir a leitura da nota oficiosa sobre os cuidados a ter relativamente ao problema. A presença do ministro Álvaro Barreto surgiu dentro do mesmo contexto, não para defender os pontos de vista do Governo, mas para alertar as pessoas contra os perigos que corriam.»

